



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

076

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0179188-8

COMARCA : Recife – 1ª Vara do Tribunal do Júri
APELANTE : Rogério Barbosa Santiago
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORAS. INOCORRÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

I – Não enseja nulidade e, conseqüentemente, novo julgamento, a decisão do Conselho de Sentença em harmonia com o conjunto probatório dos autos.

II – O delito praticado pelo apelante é de homicídio qualificado, vislumbrando-se nos autos prova satisfatória das qualificadoras do motivo fútil e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Insubsistente o pedido de desclassificação.

III – Ainda que fosse o caso de incerteza da situação fática (inexistência ou não de qualificadora), por esta segunda instância, a solução legal seria a submissão do acusado a novo julgamento e não a desclassificação do delito, ante a soberania dos veredictos e obediência à regra disposta no art. 594, III, "d", do CPP.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0179188-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em negar provimento ao recurso,

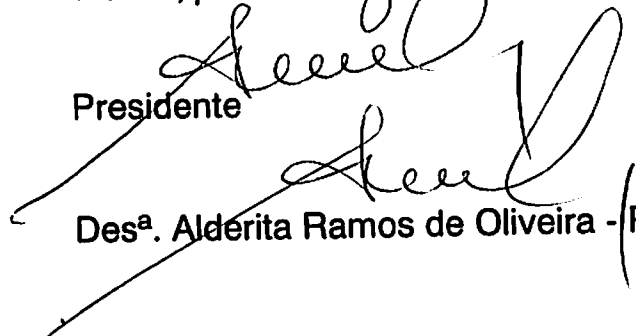


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de dezembro de 2009.


Presidente


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

078

‘APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0179188-8

COMARCA : Recife – 1ª Vara do Tribunal do Júri

APELANTE : Rogério Barbosa Santiago

APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

ROGÉRIO BARBOSA SANTIAGO, GEORGE FLORÊNCIO DOS SANTOS E GILVAN SANTOS DA SILVA, foram denunciados (fls. 02/04) e posteriormente pronunciados (244/245) pela prática prevista no art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal, acusados de terem assassinado **ARCEU MOREIRA SALES NETO**, com emprego de revólveres, desferindo vários disparos contra a vítima, que veio a falecer, fato este ocorrido no dia 04.10.1998, por volta das 22h30min, na rua Uriel de Holanda, Linha do Tiro, Recife/PE.

Levados a julgamento pelo Tribunal do Júri, o acusado **ROGÉRIO BARBOSA SANTIAGO** foi condenado à pena de 12 (doze) anos de reclusão e o réu **GILVAN SANTOS DA SILVA** foi absolvido, nos termos da sentença de fls. 302/304.

O acusado **GEORGE FLORÊNCIO DOS SANTOS** requereu adiamento ou desmembramento do julgamento, o que foi deferido às fls. 289.

Inconformado com a sentença condenatória, o réu **ROGÉRIO BARBOSA SANTIAGO** apelou da decisão do Conselho de Sentença (fls. 310), oferecendo razões recursais às fls. 321/326, alegando que a decisão foi contrária à prova dos autos, por ter acolhido as qualificadoras do motivo e meio de execução imprestáveis ao caso presente, requerendo a desclassificação de homicídio qualificado para o de homicídio simples, influenciando, assim, no *quantum* da pena.



079

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

O Ministério Público de 1ª instância ofereceu contra-razões de apelação (fls. 331/334), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pela manutenção das qualificadoras do motivo fútil e do recurso, reconhecidas pelo Conselho de Sentença.

O douto Procurador de Justiça, Dr. José Vladimir Acioli, ofereceu parecer (fls. 337/343), opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 30 de maio de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

12.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0179188-8
COMARCA : Recife – 1ª Vara do Tribunal do Júri
APELANTE : Rogério Barbosa Santiago
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO

A materialidade do crime está evidenciada nos autos através do Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 13) e da Perícia Tanatoscópica (fl. 72/73).

No que tange à sua autoria, restou comprovada pelas provas coligidas aos autos, inclusive confirmada pelos depoimentos do acusado (fls. 37, 153 e 292), muito embora tenha aduzido ter agido motivado pela injusta provocação da vítima, o que deu motivo o início de uma luta corporal, deixando de existir, assim, a impossibilidade de defesa para o ofendido, insurgindo-se contra o acolhimento das qualificadoras do motivo fútil e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, requerendo a exclusão das mesmas, por vislumbrar que o presente feito trata de homicídio simples, o que influencia na diminuição da pena aplicada.

Não assiste razão ao apelante.

O conjunto probatório dos autos demonstra de forma inequívoca as circunstâncias que qualificam o delito imputado ao réu, com destaque para as afirmações da testemunha Solange da Cruz Silva (fls. 211), idôneas para comprovar o motivo despropositado do delito, quando alega que "ao chegarem no local aonde o seu marido aguardava, a pessoa de nome Gilson contou-lhe o que tinha ocorrido; que o marido da declarante, o acusado George, indagou da declarante quem teria feito as ofensas; que a declarante se negou a dizer, pedindo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

081

ao marido que deixasse para lá, pois tanto este quanto o Rogério haviam bebido bastante e estavam armados; que lá chegando, o marido da declarante agrediu a vítima, que estava sentada em cima de uma banco de verduras, puxando o mesmo e atirando no chão; que o marido da declarante ainda deu uns tapas na vítima; que a declarante ficou sabendo através de seu marido, que quando este se afastava da vítima, já a uns quatro metros, o acusado Rogério efetuou quatro disparos, sendo dois na vítima, que já estava caída e indefesa e dois no chão." (grifos nossos).

Deste modo, percebe-se que o apelante reagiu de forma desarrazoada e desproporcional, tendo em vista o acusado George já ter tomado as providências, não havendo necessidade para os disparos efetuados.

Ressalte-se que a vítima não se encontrava armada, consoante se pode concluir pelo depoimento da testemunha Gilson Ramos da Cunha (fls. 212-v), afastando-se, assim, o argumento do apelante de que reagiu aos disparos efetuados pela vítima em defesa do acusado George.

Da mesma forma, a qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima está presente nos autos, como bem demonstrada nas alegações da testemunha Solange da Cruz Silva (fls. 211), ao aduzir que "o marido da declarante contou que após ter agredido a vítima, deixando-a caída no chão, Rogério atirou contra a vítima que estava indefesa; que Gilvan confirmou que a vítima estava indefesa, quando Rogério atirou contra a mesma."

De outra parte, as decisões do Tribunal do Júri, com relação aos fatos ocorridos, não são passíveis de reforma. Não compete a este Sodalício a exclusão de qualquer qualificadora reconhecida pelo Conselho de Sentença, que é o juiz natural para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Verificando-se a incompatibilidade da qualificadora acolhida pelos jurados, com a prova dos autos, caberia ao órgão recursal, tão somente, a anulação do julgamento, com a submissão do réu a novo júri.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

082

Nesse sentido foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 249605/PE, Quinta Turma, Relator Min. Gilson Dipp, publicada no DJ em 25.03.2002, de cuja ementa se extrai o seguinte excerto:

*"(...) II - Em caso de incerteza sobre a situação de fato – ocorrência ou não de qualificadora – a questão deverá ser dirimida pelo Tribunal do Júri, o juiz natural para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
IV- Entendendo, o Tribunal, que o reconhecimento da qualificadora, pelo Tribunal do Júri, era contrário à prova dos autos, a única determinação cabível seria a submissão do réu a novo julgamento, em consonância com o art. 594, inc. III, "d", c/c o art. 3.º do CPP, sendo-lhe vedada a simples exclusão da qualificadora e modificação da pena.(...)"*

Com relação à alegada exacerbação da pena, não assiste razão à defesa, por cuidar o presente feito de homicídio qualificado, inclusive com pena fixada no mínimo legal.

Assim, ao acolherem a tese da acusação de que o recorrente praticou o delito descrito na denúncia, os jurados decidiram em conformidade com a prova existente nos autos, não havendo motivo para exclusão das qualificadoras e, consequentemente, submissão do acusado a novo julgamento.

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer do douto Procurador de Justiça, nego provimento ao recurso.

Recife, 18 de *dezembro* de 2009.

Alderita Ramos de Oliveira
Desª. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



**PROCESSO Nº: 0179188-8
COMARCA: RECIFE
VARA: 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE: ROGÉRIO BARBOSA SANTIAGO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO**

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau.

É como voto.

08/09/2009

Cláudio Jean Nogueira Virgínio
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor**